



PARECER ÚNICO RECURSO Nº 212/2019

Auto de Infração nº: 32410/2016

Processo CAP nº: 442315/16

Auto de Fiscalização/BO nº: M2746-2017-81427231

Data: 01/04/2016

Embasamento Legal: Decreto 44.844/2008, art. 86, anexo III, códigos 301 e 305

Autuado:

Nilton Anaks Caixeta

CNPJ / CPF:

306.995.506-10

Município: Lagamar/MG

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MASP	ASSINATURA
Rafael Vilela de Moura Gestor Ambiental com formação jurídica	1364162-6	Rafael Vilela de Moura Gestor Ambiental MASP 1.364.162-6
Renata Alves dos Santos Coordenadora do Núcleo de Autos de Infração	1364404-2	Renata Alves dos Santos Coord. do Núcleo de Autos de Infração Supram Noroeste MASP 1364404-2
Sérgio Nascimento Moreira Diretor Regional de Fiscalização Ambiental	1138311-4	Sérgio Nascimento Moreira Gestor Ambiental MASP 1.380.348-1
Rodrigo Teixeira de Oliveira Diretor Regional de Controle Processual	1138311-4	Rodrigo Teixeira de Oliveira Diretor Regional de Controle Processual SUPRAM NOR MASP 1138311-4

1. RELATÓRIO

Na data de 01 de abril de 2016 foi lavrado pelo PMMG o Auto de Infração nº 32410/2016, que contempla as penalidades de multa simples no valor de 37.798,15, suspensão de atividades e apreensão de bens, referente à infração I e; multa simples no valor de 1.495,32, referente à infração II; totalizando o valor de R\$ 39.293,47, por ter sido constatada a prática das irregularidades previstas no art. 86, anexo III, códigos 301 e 305, respectivamente, do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

Em 06 de setembro de 2018, a defesa apresentada foi decidida pela Superintendência Regional de Meio Ambiente, sendo mantidas as penalidades aplicadas.

O Autuado foi devidamente notificado de tal decisão e apresentou recurso, protocolado dentro do prazo de 30 (trinta) dias previsto pelo art. 66, do Decreto Estadual nº 47.383/2018, portanto, tempestivo, no qual alega, em síntese, o seguinte:

- 1.1. Nulidade do Auto de Infração ao argumento de que a aplicação da multa foi motivada numa suposição, na presunção de veracidade do auto de infração, mas não condiz com a realidade dos fatos, violando os princípios da legalidade e da razoabilidade.
- 1.2. A área do local da infração não é de preservação permanente, houve apenas limpeza de pasto, não houve supressão nem danos ao meio ambiente, e a área é exclusivamente para plantio.
 - A propriedade é pequena, não possui fim lucrativo, com fim exclusivo para o sustento do proprietário e da sua família.
- 1.3. Requer a aplicação do art. 14 da Lei 9.605/98, quanto às circunstâncias que atenuam a pena, ao argumento de que não houve dano ambiental e nunca cometeu crime ambiental.



2. FUNDAMENTO

Os argumentos apresentados no recurso são desprovidos de quaisquer fundamentos técnicos ou jurídicos capazes de descaracterizar o Auto de Infração em questão. Não obstante, consideramos oportuno tecer as seguintes considerações:

2.1 Da Validade do Auto de Infração

A atuação estatal, no caso em foco, está integralmente pautada nas normas vigentes, tanto no aspecto processual/procedimental, quanto em relação ao próprio mérito da autuação objeto de discussão, obedecendo estritamente o devido processo legal administrativo, bem como os princípios da legalidade, veracidade e da razoabilidade.

No Estado de Minas Gerais, as normas referentes à tipificação e classificação de infrações às normas de proteção ao meio ambiente, bem como os procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades, estava devidamente estabelecida pelo Decreto Estadual nº 44.844/2008, substituído, atualmente, pelo Decreto 47.383/2018.

Verifica-se que o Auto de Infração possui todos os requisitos de validade previstos nos artigos 27 e 31, ambos do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

É imperioso esclarecer que não houve qualquer violação do dever de motivação dos atos administrativos e que foram obedecidos todos os ditames processuais relativos ao devido processo legal.

Ressalta-se que a notificação enviada ao autuado, por meio do OF/SUPRAMNOR/Nº 4815/2018, comunica, de forma clara, da decisão que manteve as penalidades, os fundamentos legais que amparam a competência decisória, bem como informa que a referida decisão está fundamentada no Parecer Único Defesa.

Nesse sentido, certo é que o presente processo possui um parecer com análise profícua dos fatos e fundamentos apresentados, o Parecer Defesa nº 1354/2018 (fls. 21/22), que foi previamente analisado pela autoridade administrativa competente, o Superintendente Regional da SUPRAM Noroeste de Minas, que decidiu em 06/09/2018 (fl. 23) pela manutenção das penalidades aplicadas.

Assim, no presente caso, foi realizada a motivação denominada aliunde, caracterizada como aquela utilizada quando a administração pública, ao tomar uma decisão, remete sua fundamentação a outro documento, e é perfeitamente admitida pelo direito, motivo pelo qual não há que se falar em ausência de motivação. Portanto, inexistente qualquer nulidade a ser declarada.

Oportuno ressaltar também que o presente procedimento administrativo de análise do Auto de Infração atendeu estritamente ao devido processo legal, e certo é que o mesmo também assegura a ampla defesa e o contraditório, bem como oportuniza prazos para defesa e recurso, oportunidade em que são analisadas as argumentações e provas apresentadas pelo recorrente, tudo em plena consonância com os princípios constitucionais supracitados.

Ademais, a autuação foi realizada em consonância com o princípio da Razoabilidade, considerando os valores mínimos estabelecidos no art. 66, do Decreto nº 44.844/2008, ponderando o tipo de infração verificada e o porte do empreendimento.



2.2 Da Caracterização da Infração

O recorrente alega que a área do local da infração não é de preservação permanente, que houve apenas limpeza de pasto e que não houve supressão nem danos ao meio ambiente, contudo, sem apresentar qualquer documento que comprove suas justificações, sendo certo que o ônus da prova é do recorrente, nos termos da legislação ambiental em vigência. Por conseguinte, as simples alegações apresentadas não estão aptas a descaracterizar o presente Auto de Infração diante dos fatos verificados durante a fiscalização provida pelo agente autuante.

Foi constatado durante a fiscalização as intervenções ambientais concernentes ao desmate de vegetação nativa, em área comum, com a apreensão de 210 m³ de lenha nativa (315 estéreos) e a supressão de vegetação em área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, conforme consta no Auto de Infração, o que caracteriza as infrações previstas no art. 86, anexo III, códigos 301 e 305, do Decreto Estadual nº 44.844/2008, senão vejamos:

Infração I: "Explorar, desmatar, destocar, suprimir, extrair, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação de espécies nativa, em áreas comuns, sem licença ou autorização do órgão ambiental, ou em desacordo com a licença ou autorização concedida pelo órgão ambiental" (Código 301).

Infração II: "Explorar, desmatar, extrair, suprimir, cortar, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação em área de preservação permanente, sem autorização especial ou intervir em área de preservação permanente, ainda que esta esteja descoberta de vegetação" (Código 305).

Quanto à alegação do recorrente de que fez limpeza de área, cabe ressaltar que, conforme previsto no art. 1º, VIII, da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1905/2013, limpeza de área é caracterizada pela "prática da retirada de espécies de vegetação arbustiva e herbácea, predominantemente invasoras, com rendimento lenhoso até o limite de 8 st/ha/ano em áreas de incidência de Mata Atlântica e 18 st/ha/ano para os demais biomas, e que não implique na alteração do uso do solo".

Dessa forma, para que o presente auto de infração fosse descaracterizado, sob o argumento de que houve limpeza de área, seria necessária a comprovação que o material lenhoso encontrado/estimado/incorporado ao solo está dentro do limite estabelecido pela norma ambiental, e também provar que foi feita a supressão, apenas, de espécies arbustivas e herbáceas e que não houve alteração do uso do solo, o que não restou comprovado nos autos.

Sendo assim, ao contrário do alegado, não ficou caracterizada a limpeza de área alegada.

Destaca-se que o Auto de Fiscalização e o Auto de Infração descrevem de forma detalhada todas as irregularidades constatadas no empreendimento.

Por conseguinte, toda e qualquer intervenção ambiental deve seguir a legislação ambiental vigente no Estado de Minas Gerais, para fins de obtenção de autorização específica, ato prévio para análise de impacto ambiental.

Uma vez que o recorrente não obteve o respectivo Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental - DAIA, conforme Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1905/2013 e de acordo com a Lei Estadual nº 20.922/2013, é imperiosa a aplicação das penalidades descritas no Auto de Infração.



Ademais, vale mencionar que, dentre os Princípios da Administração Pública, está elencado o da Presunção de Legitimidade, segundo o qual todo ato emanado da Administração Pública encontra-se inseparavelmente ligado a Lei, que lhe dá suporte de validade.

Como é sabido, a presunção de legitimidade ostenta a prerrogativa *iuris tantum* de fazer prevalecer a sua pretensão até prova em contrário, pois se supõe legais e verdadeiros os fatos alegados pela Administração Pública na execução de suas atividades administrativas. Nesse diapasão, trazemos à baila o seguinte ensinamento do renomado doutrinador e administrativista Edis Milaré:

"Em virtude desse atributo, o ônus da prova é carregado ao suposto infrator, a quem incumbe desconstituir o auto de infração, demonstrando estarem ausentes os pressupostos jurídicos da responsabilidade administrativa". (MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente. Doutrina-Jurisprudência-Glossário - 3ª edição revista. São Paulo: RT, 2004. Pág. 697)."

Por se tratar de presunção relativa de legitimidade e, por conseguinte, admitir prova em contrário, o efeito prático de tal presunção é o de inverter o ônus da prova. Assim, o ônus de provar que não praticou a infração verificada, constatada pelo órgão ambiental, compete ao autuado.

Assim, vez que o recorrente, por ocasião do recurso, não apresentou qualquer prova de que as intervenções ambientais supracitadas foram autorizadas pelo órgão ambiental competente, tais argumentos não são capazes de invalidar a infração aplicada.

2.3 Das Atenuantes

Quanto à aplicação de atenuantes, importante ressaltar que não se aplica no presente caso o art. 14 da Lei 9.605/98, mas sim o Decreto Estadual nº 44.844/2008, que trata dos procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades no Estado de Minas Gerais.

Destaca-se que a ausência de reincidência não é uma atenuante prevista no art. 68, I, do Decreto Estadual nº 44.944/2008.

Após análise dos documentos e alegações apresentados nos autos do presente processo, não se vislumbra a possibilidade de aplicação de quaisquer das atenuantes relacionadas no art. 68, do Decreto nº 44.844/2008.

Importante consignar também que não foi comprovado nos autos ser o caso de micro produtor rural ou unidade produtiva em regime de agricultura familiar motivo pelo qual não pode ser aplicada a atenuante prevista na alínea "d", do art. 68, I, do Decreto Estadual nº 44.944/2008, que aduz:

"d) tratar-se o infrator de entidade sem fins lucrativos, micro-empresa, micro-produtor rural ou unidade produtiva em regime de agricultura familiar, mediante apresentação de documentos comprobatórios atualizados emitidos pelo órgão competente, ou ainda tratar-se de infrator de baixo nível socioeconômico com hipóteses em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento;" (Grifo nosso)

Portanto, conforme restou demonstrado, a lavratura do Boletim de Ocorrência e do Auto de Infração, bem como a aplicação das penalidades em análise, se deram em expresse acatamento às determinações da legislação ambiental vigente.



3. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, considerando as argumentações apresentadas pelo recorrente e a ausência de fundamentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar o respectivo Auto de Infração, remetemos os presentes autos à URC COPAM Noroeste de Minas, nos termos art. 73-A do Decreto Estadual nº 47.042/2016, sugerindo a **MANUTENÇÃO** das penalidades aplicadas, bem como o perdimento dos bens indicados no presente Auto de Infração, nos termos do art. 94, § 2º, do Decreto Estadual nº 47.383/2018.

